



GT 41. Etnografia nas cidades e narrativas imagéticas

Coordenador(es):

Jesus Marmanillo Pereira (UFMA - Universidade Federal do Maranhão)

Cornelia Eckert (UFRGS)

As cidades em suas complexidades e contradições, suas transformações e suas crises, suas dinâmicas e diferenças são questões antropológicas que receberam importante atenção nos estudos etnográficos. Pesquisas que ao portarem atenção aos antagonismos, aos conflitos e segregações consolidam a prática antropológica e produzem um profícuo debate com base em etnografias urbanas. Elas sinalizam a desnaturalização de realidades sociais, violências, injustiças, discriminações, e disjunções que marcam tais cenários. Não raro, focalizam-se sobre as formas de sociabilidade, os códigos de emoções, as redes de solidariedade, os lugares de identidades e sobre os nós de memórias nos espaços e nos tempos vividos pelos cidadãos, nas territorialidades de convívio ou de pertença. Ao atentarmos para estas produções, percebemos a recorrência à produção de narrativas imagéticas a partir de diferentes suportes como fotográficos, videográficos, fílmicos, sonoros, desenhos e performances. Produção que constitui a estética e estilística da etnografia, e que circula em outras formas relacionadas à pesquisa antropológica: exposições fotográficas, mostras fílmicas, expressões artísticas, audições, em redes sociais online e na web. Buscamos pesquisas que reflitam sobre o urbano, a partir de etnografias que dialoguem com tais representações imagéticas, que apontem para as relações de poder, configurações no campo de pesquisa, memórias e a complexidade das urbes nos diferentes contextos, locais e global.

Percursos, imagens e sentidos: etnografando os modelos insurgentes de habitar a cidade em Manaus

Autoria: Camila Garcia Iribarrem (UFAM), Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

Essa comunicação reflete sobre a experiência de etnografar sentidos e aspectos visuais nos recortes de imagens registrados em percursos de "flanerie" sobre as margens entrecortadas de igarapés na cidade de Manaus, que sustentam, entre as palafitas fincadas sobre seus leitos e encostas, a memória do processo histórico social de constituição da cidade. A "Veneza Amazônica", como era conhecida a cidade flutuante que surgiu na área central de Manaus, foi destituída e precarizada na dinâmica de expansão urbana, fazendo com que seus moradores ocupassem bairros próximos recém constituídos. Essa lógica de urbanização que prevê uma cidade voltada para os interesses elitistas foi reforçada, nas últimas décadas, pelo modelo de colonização industrial imposto pela Zona Franca de Manaus e seu Pólo Industrial. Porém, insubmissas aos contornos urbanos das edificações industriais, apontam insurgentes as "favelas flutuantes," que atravessam o distrito fabril da capital, compondo um cenário plural que desafia os modos de pensar o urbano. As habitações sobre as águas são territorialmente limitadas pelas indústrias situadas no Pólo Industrial, por extensas avenidas e bairros construídos por ocupações. Resistentes, insurgentes, as habitações refletem sons e cores em contraste com um quadro imagético que configura a percepção da urbanização contemporânea de Manaus, como uma cidade diversa que tem sido apropriada por populações que tem seu direito à cidade questionado. Nessa cidade identificamos a relação das/os moradoras/es com os igarapés enquanto cursos d'água que inicialmente serviam para a pesca, lavagem de roupas, banho e, atualmente, transformaram-se em território de moradia e sociabilidade, o que não exclui outros usos: depósito de detritos, lazer para as crianças, meio de circulação na época das chuvas. São áreas consideradas de risco e objeto de um programa de saneamento promovido com o intuito de realocar seus habitantes em outras áreas da cidade como solução para a falta de planejamento urbano. Narrar essa cidade significa transitar entre os



vários territórios e sentidos no ir e vir da população pelos igarapés de Manaus como áreas sempre possíveis de habitar.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: